

STJ00097274

**Tiago Oliveira de Castilhos**

**PRISÃO CAUTELAR  
E  
PRAZO RAZOÁVEL**

Curitiba  
Juruá Editora  
2013



---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

Revisão ortográfica e gramatical por:  
Arlinda Maria Caetano Fontes

**ISBN: 978-85-362-4523-2**



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Castilhos, Tiago Oliveira de.  
C352 Prisão cautelar e prazo razoável./ Tiago Oliveira de  
Castilhos./ Curitiba: Juruá, 2013.  
176p.

1. Prisão cautelar. 2. Prazo (Direito). I. Título.

**000214**

CDD 345.01 (22.ed.)  
CDU 343.26

---

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	31
<b>2 PRISÃO CAUTELAR E PRAZO RAZOÁVEL: A FORÇA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</b> .....	37
2.1 A Razoável Duração do Processo e da Prisão: a inserção da razoável duração do processo no ordenamento jurídico brasileiro .....	41
2.2 A Prisão Cautelar no Processo Penal Constitucional: diferenças dogmáticas e uma crise comum entre prisão pena e prisão sem pena .....	55
2.3 Direitos Fundamentais e Prazo Razoável nas Prisões Processuais .....	67
2.4 As Prisões Processuais e sua (In)Adequação Constitucional: em busca de um critério jurídico-penal mínimo de razoabilidade .....	71
2.5 A Estatística sobre a Aplicação das Prisões Processuais no Brasil .....	77
2.6 Possíveis Soluções para o Descumprimento do Prazo Razoável em Relação às Prisões Processuais .....	84
<b>3 PRISÃO PROCESSUAL: TEMPO E PERCEPÇÃO</b> .....	93
3.1 Conhecimento moderno de tempo .....	99
3.2 Tempo Linear: a quebra do paradigma newtoniano .....	106
3.3 A Percepção do Tempo no Direito, no Processo e na Prisão .....	116
<b>4 A RAZOÁVEL DURAÇÃO DAS PRISÕES PROCESSUAIS NOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DO TRATADO DE ASSUNÇÃO</b> .....	129
4.1 A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o Brasil e o Prazo Razoável do Processo Penal: da inércia brasileira ao pioneirismo paraguaio .....	130
4.2 A Razoável Duração das Prisões Processuais na Argentina: avanço em relação ao Brasil .....	142
4.3 O Prazo Razoável na República Oriental del Uruguay: O Decreto Ley 15.738 de 18 de agosto de 1998 .....	149
4.4 A Possível Contribuição dos Países do MERCOSUL quanto à Razoável Duração da Prisão Preventiva .....	151
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	157
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	165
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	173